



EIXO TEMÁTICO:

- | | | |
|--|---|--|
| <input type="checkbox"/> Ambiente e Sustentabilidade | <input type="checkbox"/> Crítica, Documentação e Reflexão | <input type="checkbox"/> Espaço Público e Cidadania |
| <input type="checkbox"/> Habitação e Direito à Cidade | <input type="checkbox"/> Infraestrutura e Mobilidade | <input type="checkbox"/> Novos processos e novas tecnologias |
| <input checked="" type="checkbox"/> Patrimônio, Cultura e Identidade | | |

‘Porto Maravilha’, Mega-eventos e a (re)construção de uma imagem e uma identidade cosmopolita para a zona portuária do Rio de Janeiro

‘Porto Maravilha’, Mega-events and the (re)creation of a cosmopolitan image and identity for Rio de Janeiro’s port area

‘Porto Maravilha’, Mega-eventos y la (re)construcción de una imagen y una identidad cosmopolita para la zona portuaria del Rio de Janeiro

ROCHA, Ana Beatriz da (1);

REIS, Paulo (2)

(1) PhD, Programa de Pós-graduação em Urbanismo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, PROURB/FAU/UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: tiz.darocha@gmail.com

(2) Doutor, Agência UFRJ de Inovação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Rio de Janeiro, RJ, Brasil; email: paulo@inovacao.ufrj.br

‘Porto Maravilha’, Mega-eventos e a (re)construção de uma imagem e uma identidade cosmopolita para a zona portuária do Rio de Janeiro

‘Porto Maravilha’, Mega-events and the (re)creation of a cosmopolitan image and identity for Rio de Janeiro’s port area

‘Porto Maravilha’, Mega-eventos y la (re)construcción de una imagen y una identidad cosmopolita para la zona portuaria del Rio de Janeiro

RESUMO

Desde os anos 1990, o termo ‘cultura’ vem sendo explorado em políticas de regeneração urbana que se apoiam na implementação de arquiteturas espetaculares em áreas degradadas. Porém, esta lógica mudou devido a onipresença dos ‘mega-eventos’ nas cidades. Mais do que competir para sediar estes eventos, cidades no mundo inteiro disputam os ‘privilégios’ de explorar marcas altamente rentáveis (como FIFA World Cup, Jogos Olímpicos, etc..) e com isso se transformam de acordo com as exigências específicas.

Como parte dos Jogos Olímpicos de 2016, o projeto ‘Porto Maravilha’ no Rio de Janeiro tem como objetivo reinventar a imagem da cidade via criação de novos equipamentos culturais, melhor infraestrutura e, claro, propor uma completa reestruturação da zona portuária como uma área turística e de entretenimento. Esta ‘reinvenção’, contudo, não é impune: ao invés de incorporar as identidades locais como parte dessas políticas regenerativas, o intuito é promover o patrimônio cultural do Rio de Janeiro como bem de consumo.

Nossa intenção é discutir as contradições e conflitos do projeto ‘Porto Maravilha’, indicando como a participação de diferentes segmentos da sociedade nestes planos regeneradores podem desafiar as percepções e competências de arquitetos, designers e urbanistas.

PALAVRAS-CHAVE: processos regeneradores, mega-eventos, imagem das cidades, Rio de Janeiro

ABSTRACT

Since the 1990s, ‘culture’ has been the major element in urban regeneration policies that usually rely on the implementation of some spectacular architecture in hinterlands. This logic, however, has changed due to the overwhelming presence of the mega-events in cities. More than competing to host these events, cities worldwide are also disputing the privileges to explore profitable brands (like the FIFA World Cup, the Olympic Games, etc..) and transform themselves accordingly.

As part of the 2016 Olympic Games, the ‘Porto Maravilha’ masterplan in Rio de Janeiro aims to reinvent the city’s image via providing new cultural venues, better infrastructure and, principally, the complete restructuring of the docklands as a tourist and entertainment area. But this ‘reinvention’ does not come without a price: instead of embracing the local identities as part of this regenerative process, the plan is to promote Rio de Janeiro’s cultural heritage as a commodity.

Our intention is to discuss the contradictions and conflicts of the ‘Porto Maravilha’ masterplan, highlighting how the participation of different segments of the society in these regenerative plans would challenge architects’, designers’ and urbanists’ perceptions and competencies.

KEY-WORDS: regenerative plans, mega-events, cities’ image, Rio de Janeiro

RESUMEN

Desde los años 1990, el término ‘cultura’ viene siendo usado en políticas de regeneración urbana que basan en la construcción de arquitecturas espectaculares en sectores deteriorados. Pero esta lógica cambió debido a omnipresencia de ‘mega-eventos’ en las ciudades. Más que competir para recibir estos eventos, ciudades en todo el mundo disputan los ‘privilégios’ de explorar marcas altamente rentables



(comen FIFA World Cup, Juegos Olímpicos, etc.) y con eso se transforman de acuerdo con las exigencias específicas.

Como parte de los Juegos Olímpicos 2016, el proyecto 'Porto Maravilha' en Rio de Janeiro tiene como objetivo reinventar la imagen de la ciudad por la creación de nuevos equipamientos culturales, mejor infraestructura y, claramente, proponer una completa reorganización de la zona portuaria como un sector turístico y del entretenimiento. Pero esta 'reinención' no es impune: al contrario de incorporar las identidades locales como parte de estas políticas regeneradoras, la intención es promover el patrimonio cultural de Rio de Janeiro como bien de consumo.

Nuestra intención es discutir las contradicciones y los conflictos del proyecto 'Porto Maravilha', indicando como la participación de distintos segmentos de la sociedad en estos planes regeneradores pueden desafiar las percepciones y competencias de arquitectos, designers y urbanistas.

PALABRAS-CLAVE: *procesos regeneradores, mega-eventos, imagen de las ciudades, Rio de Janeiro*

1 INTRODUÇÃO

Desde os anos 1990, o termo 'cultura' vem sendo o principal elemento em propostas de regeneração urbana onde a transformação física e simbólica do tecido e da paisagem se ancora na implementação de arquiteturas espetaculares em áreas degradadas. Por certo, uma série de projetos que focavam na cultura como agente transformador, aliados a fenômenos como turismo cultural de massa, contribuíram para reinventar a identidade de várias cidades pós-industriais como Londres, Barcelona, Gênova, Rotterdam, Bilbao, Manchester, etc... (BIANCHINI, PARKINSON, 1993; MARSHALL, 2001). De um modo geral, estes planos de regeneração urbana eram (ou são) propostos para 'revitalizar' áreas que passaram por processos de reestruturação urbana ineficientes e/ou sofreram as consequências (físicas, econômicas e sociais) de processos de esvaziamento de antigas zonas centrais, industriais e portuárias. Efetivamente, com o processo de desindustrialização visto desde o final dos anos 1960, vastas áreas urbanas se tornaram sucateadas – e com isso a recuperação destas se tornou algo 'necessário' para promover uma nova onda de investimentos. Assim, um dos aspectos mais evidentes destes processos 'regeneradores' é a (re)invenção de novas identidades e a criação de novas imagens para estas áreas degradadas, onde arquiteturas espetaculares, a reconfiguração espacial e novos usos atuam como fatores preponderantes para atrair as 'pessoas certas', criando um novo circuito de capital – algo que certamente contribui para uma acirrada competição entre as cidades (HARVEY, 1989).

Como parte das políticas neoliberais nos anos 1990, o discurso de como a transformação física de áreas degradadas e a consolidação de novas identidades das cidades levariam à prosperidade econômica e à renovação sociocultural foi amplamente adotado por políticos e investidores. Investir em empreendimentos (culturais) bilionários, em infraestrutura e em reestruturação urbana se tornaria uma prática comum – que, aliada ao processo de gentrificação, impulsiona um ciclo de investimento/especulação (ZUKIN, 1990). Na verdade, existe uma relação de causa-e-efeito. Por um lado, a maioria destes (largamente impostos) processos de regeneração urbana se baseia na implementação de arquiteturas espetaculares de uso cultural (museus de arte em particular) em áreas degradadas, o que resulta na promoção e difusão de uma série de 'atividades culturais' para públicos cada vez mais diversificados. Por outro lado, a adoção de usos, formas e funções contemporâneas contribuem significativamente para promover essas áreas degradadas como pólos de cultura e de entretenimento – algo que 'justifica' a criação destas áreas 'regeneradas' e, por que não dizer, 'gentrificadas' (da ROCHA E SILVA, 2011).

Esta lógica, contudo, parece ter mudado recentemente. Desde meados dos anos 2000, ao mesmo tempo que estratégias políticas vêm consolidando a relevância das manifestações culturais espontâneas e/ou não-oficiais características de um determinado lugar, políticas de regeneração urbana que se baseiam na implementação de arquiteturas espetaculares como o único meio de incentivar o crescimento econômico e social vêm sendo questionadas. Ainda que considerando os processos de regeneração urbana, turismo de massa e de gentrificação característicos destas políticas intervencionistas baseadas no uso da 'cultura' como agente regenerador, parece que estes atributos já não são suficientes para manter o fluxo especulativo em constante movimento; algo de 'novo' tem que emergir. Neste sentido, a proliferação dos mega-eventos é bastante providencial: mais do que competir para sediar estes eventos, cidades no mundo inteiro disputam os 'privilégios' de explorar marcas altamente rentáveis (como FIFA World Cup, Jogos Olímpicos etc...) e com isso se transformar de acordo com as exigências específicas. Esta 'reinvenção', contudo, não é impune – particularmente se considerado como padrões culturais vêm sendo minimizados e/ou modificados para promover a nova imagem das cidades.

2 O PROJETO 'PORTO MARAVILHA' E A RESIGNIFICAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DO RIO DE JANEIRO COMO PARTE DA ESTRATÉGIA DE REGENERAÇÃO URBANA PARA AS OLIMPÍADAS DE 2016

O Rio de Janeiro sediará dois mega-eventos: a FIFA World Cup em 2014, e os Jogos Olímpicos em 2016 – algo que está modificando substancialmente a paisagem construída da cidade de forma a contemplar as exigências destes eventos. Por outro lado, a cultura, o modo de vida e a atmosfera festiva da cidade são parte ativa desta 'imagem cosmopolita' – a qual vem sendo usada por políticos e investidores, e associada às intervenções urbanas em curso. Mas como 'cultura', patrimônio, identidades locais, etc... se 'adequam' ao perfil altamente lucrativo dos mega-eventos, ainda que seguindo padrões bastante homogêneos de intervenção?

Uma das possibilidades é adequar estes atributos particulares ao mega-evento em questão. Como anunciado em 2009, o projeto 'Porto Maravilha' faz parte dos planos de regeneração urbana proposto pela Prefeitura do Rio de Janeiro para as Olimpíadas de 2016. O projeto tem a intenção de 'reinventar' a zona portuária da cidade como uma área de turismo e de entretenimento com propostas como: a provisão de 'novas' arquiteturas de uso cultural (como, por exemplo, o Museu de Arte do Rio e o Museu do Amanhã, na Praça Mauá); a construção de novos edifícios de uso corporativo (se valendo dos CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção); melhorias na infraestrutura (como a derrubada do viaduto da Perimetral, a implementação de VLTs e a abertura da Via Binário); e a completa reestruturação de usos, formas e funções dos armazéns e galpões industriais e também do espaço urbano circundante.

Figura 1 e 2: o Museu de Arte do Rio (MAR), o VLT e o Museu do Amanhã – Praça Mauá



Fonte: <http://www.portomaravilha.com.br/web/esq/projEspeciais.aspx>

Figura 3: as áreas de intervenção do projeto 'Porto Maravilha' - CEPACs



Fonte: <http://portomaravilha.com.br/conteudo/images/potencial%20construtivo.jpg>

O projeto 'Porto Maravilha' descreve as intervenções urbanas e as melhorias na infraestrutura (<http://www.portomaravilha.com.br/web/sup/OperUrbanaApresent.aspx>), mas também menciona o rico patrimônio cultural da área, propondo diretrizes que tem a intenção de resgatar e valorizar a importância histórica e a diversidade cultural da zona portuária (http://portomaravilha.com.br/web/sup/porto_maravilha_cultural.aspx). Para promover a proteção e o resgate da memória, das expressões culturais Afro-Brasileiras e do patrimônio material e imaterial das regiões da Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Centro, as ações propostas pela Prefeitura incluem: a celebração das tradições Afro-Brasileiras na Pedra do Sal (considerado o local do nascimento do Samba) e adjacências; a revalorização do patrimônio cultural Africano e das ruínas arqueológicas encontradas durante as escavações recentes; a

renovação e o restauro do patrimônio edificado na zona portuária; e a criação do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana – um roteiro que inclui uma série de importantes marcos como os Cais do Valongo e da Imperatriz, a Pedra do Sal, o Largo do Depósito (onde escravos eram vendidos), o Instituto dos Pretos Novos e o Centro Cultural José Bonifácio (onde estão expostos os achados arqueológicos).

Figura 4: o Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana



Fonte: <http://portomaravilha.com.br/circuito/>

Indiscutivelmente, existe um componente educacional nestas ações – sobretudo se considerado o caráter do circuito celebrando a herança Africana e os importantes marcos históricos numa área da cidade tão fortemente marcada pela presença de comunidades Afrodescendentes e com uma grande diversidade cultural. A questão, entretanto, é onde estaria o fator ‘inclusivo’, tão recorrentemente mencionado em políticas de regeneração urbana em áreas históricas e/ou economicamente desprivilegiadas. Poderia se argumentar que o resgate do passado escravista se faz necessário, visto que o Rio de Janeiro foi um dos maiores portos onde o comércio de escravos operou desde o século XVII até 1888, quando a abolição da escravatura no Brasil foi oficialmente instaurada. Ou que talvez a ‘inclusão’ aconteça pela ‘visibilidade’ que estas ações e monumentos darão a estas comunidades que, não só fazem parte desta história, como também são parte integrante da cultura local até hoje. Ainda que seja tentador comentar sobre estes problemas, nossa intenção aqui não é criticar as ações sociais inclusivas ou as implicações que elas têm (ou não) no escopo de processos de regeneração social e urbana. Nossa intenção é discutir as contradições e os conflitos do projeto ‘Porto Maravilha’, indicando como este rico patrimônio tem sido de certa forma manipulado, de modo a se ‘adequar’ ao discurso de regeneração urbana, e como a participação de diversos segmentos da sociedade nestes processos desafiam as percepções e competências de arquitetos, designers e urbanistas.

Como mencionado anteriormente, a zona portuária do Rio de Janeiro tem um patrimônio cultural (material e imaterial) bastante significativo. Foi aos pés do Morro do Castelo, já

demolido, que a cidade foi fundada em 1565 – o local desapareceu após vários aterros. Desde então, os primeiros povoados nos Morros do Castelo e de São Bento cresceram em número e tamanho, e foram se deslocando para além dos seus limites, sobretudo na direção dos Morros da Conceição, do Livramento, da Providência e de Santo Antônio – uma área que compreende os bairros da Saúde, Santo Cristo, Gamboa e Centro (CARDOSO, VAZ et al, 1987; ABREU, 1997).

Figura 5: o processo de expansão do centro do Rio de Janeiro



Fonte: <https://www.google.com.br/maps/@-22.9058285,-43.1928547,15z>

Com a chegada da família Real Portuguesa, na Praça XV, em 1808, a cidade se expandiria para além dos morros. A zona portuária, ao redor do Cais do Valongo, se consolidaria como um grande entreposto comercial (de escravos, inclusive), o que imprimiria marcas na configuração e na espacialidade urbanas. Mais do que o local de trabalho e de residência de comerciantes de toda espécie (e devido a proximidade do Cais do Porto e da possível oferta de trabalho não-escravo e de moradia barata depois da Abolição da Escravidão), os Morros da Providência, Livramento e Conceição viriam surgir as primeiras favelas ainda em fins do século XIX. Ao longo do século XX, diversos conjuntos habitacionais seriam construídos, o que caracterizaria a área como essencialmente proletária. Conhecida como Pequena África, esta área retém muito das suas características físicas e simbólicas originais e ‘guarda’ uma parte significativa da história da cidade e do Brasil – como as suas construções centenárias, suas ruas de calçamento de pedra, suas igrejas, monumentos e as peças arqueológicas expostas no Centro Cultural José Bonifácio podem testemunhar. Por outro lado, esta área é reconhecida por suas comunidades Afro-Brasileiras e por manter suas culturas, ritos, práticas religiosas e celebrações vivas.

Grupos e agremiações artísticas e culturais desempenham um papel importante no resgate e na valorização da cultura local e, de certa forma, no processo de inclusão social – já que algumas dessas associações investem na qualificação e/ou educação dos moradores das comunidades circundantes. Os blocos de carnaval como os Escravos da Mauá ou Fala meu Louro, os desfiles do grupo Afoxés Filhos de Gandhi, as reuniões musicais de choro e samba na

Pedra do Sal e no Largo de São Francisco da Prainha, as sessões de cinema e de teatro organizados por grupos independentes, a participação de ativistas sociais e empreendedores culturais – todas estas atividades representam a efervescência cultural característica da área, que coexiste com formas mais ‘oficiais’ de apropriação do espaço urbano como a Cidade do Samba, o Galpão da Cidadania, o Píer Mauá, o coletivo de artistas na Fábrica Bhering, os estúdios de design como o Goma, o Coletivo do Porto, etc... que ‘(re)descobriram’ a zona portuária mais recentemente. Na verdade, este ‘boom’ de novas empresas independentes, particularmente ligadas às áreas de empreendedorismo, design, arquitetura, mídias e consultorias segue uma ‘fórmula’ adotada em várias cidades. O processo de (re)descoberta de áreas centrais degradadas se dá pelo apelo histórico da região; pela a atmosfera de ‘vila’, com edifícios históricos preservados e uma comunidade local ainda coesa; pela centralidade e boa rede de transportes existente; pela oferta de imóveis grandes, vazios, ainda preservados e, geralmente, com bons preços; e, talvez, pela diversidade e o mix cultural – processo este onde artistas e profissionais liberais são os agentes da transformação urbana.

Entretanto, na fase posterior, a da gentrificação *per se*, verifica-se um crescente interesse em empreendimentos grandiosos, melhorias na infraestrutura e nos espaços urbanos, e a provisão de lojas, edifícios corporativos e de apartamentos com o intuito de atrair mais investimentos para estas áreas – que eventualmente acabam se tornado muito mais caras, expulsando as populações locais para as periferias (BERENSTEIN, 2004; VAZ, 2004). Assim, de áreas degradadas estes locais passam por uma completa reestruturação de seus espaços, de sua identidade e de seus simbolismos, se tornando, na maioria das vezes, enclaves gentrificados muito parecidos entre si, onde o patrimônio histórico e artístico local é transformado em bem de consumo, destituídos de seu real significado. Não que melhorias em si sejam ruins; o problema é que elas tendem a ignorar os anseios e necessidades dos moradores em prol do caráter especulativo/espetacular dessas estratégias de regeneração urbana.

Mas como este fenômeno se relaciona com o projeto ‘Porto Maravilha’? Como dito antes, o projeto almeja regatar a diversidade cultural da área portuária por meio da implementação de diretrizes. A Lei Complementar 101/2009, que criou a Operação Urbana Porto Maravilha, define que “(...) o Poder Público deve desenvolver ações que integrem e promovam o desenvolvimento social e econômico da população”, determinando que “(...) o patrimônio histórico, artístico e cultural, material e imaterial local, deve ser recuperado e valorizado”. O texto vai além, mencionando a criação de dois programas: o Porto Maravilha Cidadão e o Porto Maravilha Cultural, onde ambos teriam “(...) a função de articular ações do poder público e parcerias com o setor privado para fomentar e apoiar iniciativas que promovam o desenvolvimento socioeconômico da população que hoje vive na região e a valorização do seu patrimônio histórico” (<http://portomaravilha.com.br/web/esq/artigos/01.aspx>). A questão é: como isso aconteceria?

Ainda que o texto seja sedutor, há poucos indícios de como essas ações/diretrizes se concretizariam, ou como elas seriam implementadas pela Prefeitura e por parcerias privadas. Uma coisa, porém, é certa: moradia (social) não é prioridade no projeto ‘Porto Maravilha’. Ao olhar o mapa com os CEPACs (como mostra a Figura 3 acima), os Morros do Pinto, da Providência, do Livramento e da Conceição estão ‘comprimidos’ por uma grande área de empreendimentos de caráter (e escopo) vultuosos. Tendo em vista que alguns destes empreendimentos já estão em fase de implementação, e que o processo de gentrificação começa a acontecer de forma mais significativa na área, como as comunidades locais poderão arcar com os custos quando os planos de regeneração urbana forem concluídos? Será que o

patrimônio histórico material e imaterial também sofrerá uma reformulação de suas características e significados, se transformando em pastiche, em bem de consumo, de forma a atender aos anseios consumistas ao invés de promover inclusão social e celebrar a diversidade cultural?

3 DIVERSIDADE COMO PARTE DE PROCESSOS REGENERADORES

Estratégias intervencionistas, como o projeto 'Porto Maravilha', geralmente indicam somente os aspectos positivos, que são uma consequência das ações planejadas, e especulam possíveis eventos futuros. Entretanto, o que se espera de políticas públicas, especialmente quando intervenções urbanas profundas são propostas para lugares como a zona portuária no Rio de Janeiro, cujo simbolismo e o contexto histórico e sociocultural são bastante significativos, é um maior entendimento das dinâmicas, das relações sociais e dos processos simbióticos existentes. A coexistência de grupos sociais culturalmente diversos constitui a base da identidade carioca; é o que dá a cidade seu caráter único. Nesse sentido, é relevante incluir pessoas com as mais variadas culturas, modos de vida e experiências no processo projetual, uma vez que a mistura entre estes grupos potencialmente indicará as melhores soluções para um determinado problema. É neste ambiente de cooperação e de trocas mútuas que a criatividade e a inovação tendem a se manifestar mais enfaticamente. Na verdade, o grande desafio é ver além da lógica de lucro a curto prazo (que geralmente caracteriza ações 'regeneradoras' deste porte); é entender o potencial regenerador dessas ações coletivas e criativas.

Considerando que qualquer intervenção urbana é um processo estratégico, a análise dos principais fatores e do papel dos agentes transformadores se torna fundamental em todas as fases do projeto – desde as primeiras ideias ao processo de desenvolvimento, implementação e consolidação. Se processos regeneradores são inevitáveis, então a melhor estratégia é identificar e antecipar os potenciais riscos. Sendo assim, informações relevantes como qual o papel dos diferentes (socioculturais, econômicos e políticos) atores e fatores num dado contexto podem antecipar o impacto que determinadas ações causariam na dinâmica do lugar (REIS, 2012).

Uma das possibilidades de incorporar as identidades locais existentes nestes processos regeneradores é transformando-as em diretrizes de projeto, que agiriam de acordo com os interesses das comunidades – algo como incluir a preservação de lugares históricos, ritos e tradições; ou propor a completa renovação (física e/ou simbólica) de uma área; ou mesmo a criação de eventos que disseminassem a produção cultural local. Uma outra possibilidade é via (re)descoberta das tradições e das culturas locais, tanto sob a ótica de quem as vivencia como também de quem não as conhece profundamente. Neste sentido, os tesouros escondidos, as histórias e estórias esquecidas fariam parte do '*genius loci*' – onde as comunidades locais agiriam como guardiães deste patrimônio material e imaterial. A (re)descoberta dos mistérios das cidades, de forma induzida ou espontânea, levaria a uma apreensão e apropriação do espaço urbano – algo que não só possibilitaria uma reavaliação da percepção do tecido e da paisagem urbana, como também implicaria numa nova forma como arquitetos, designers e urbanistas se relacionariam e compreenderiam as cidades (SADLER, 1999).

Se arquitetos, designers e urbanistas estivessem mais conscientes do impacto dessas redes de interação entre atores e fatores, entre pessoas e lugares, planos regeneradores poderiam ser propostos de forma a contemplar melhor as necessidades e desejos daqueles mais



(diretamente ou indiretamente) afetados por tamanhas mudanças – que geralmente não são investidores, políticos ou planejadores, mas sim residentes, trabalhadores e pessoas comuns (LEFÈBVRE, 1968). E é por isso que é crucial focar em como essas redes são construídas, como se efetiva a participação de diversos segmentos da sociedade com seus diversos saberes, uma vez que elas indicam como se abordar os problemas de forma mais abrangente e inclusiva, criando, assim, uma visão mais realista de como se pensar, propor e implementar processos regeneradores mais significativos e plenos a longo prazo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, M. A. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IPLANRIO, 1997
- BIANCHINI, F.; PARKINSON, M (eds). *Cultural Policy and Urban Regeneration*. Manchester: Manchester University Press, 1993
- BERENSTEIN, P. *Espetacularização Urbana Contemporânea* in: *Cadernos PPG-AU/FAUBA*. Salvador: UFBA, 2004, pp 23-29
- CARDOSO, E. D.; VAZ, L. F.; ALBERNAZ, M. P.; PECHMAN, R. M. *Historia dos Bairros. Saúde, Gamboa, Santo Cristo – zona portuária*. Rio de Janeiro: João Fortes Engenharia/ Editora Index, 1987
- Da ROCHA e SILVA, A. B. F. *Building Utopias – spectacular architectures, identity crisis, cultural politics and the reinvention of the significance of museums of modern art*. PhD thesis. London: University of the Arts London, 2011
- DEBORD, G. *Society of Spectacle*. Detroit: Black and Red, 1983
- GAFFIKIN, F.; MORRISSEY, M. (eds). *City Visions: Imagining Places, Enfranchising People*. London: Pluto, 1999
- KEARNS, G.; PHILO, C. (eds). *Selling Places: city as cultural capital, past and present (Policy Planning & Critical Theory)*. Oxford: Pergamon Press, 1993
- LEFÈBVRE, H. *Le Droit à la Ville*. Paris: Ed du Seuil, 1968
- _____. *La Production de l’Espace*. Paris: Anthropos [1974], 2000
- MARSHALL, R. (ed). *Waterfronts in Post-Industrial Cities*. London: Spon Press, 2001
- MARTIN, B. *Universal Methods of Design*. New York: Rockport, 2012
- MILES, M; HALL, T. *Urban Futures – Commentaries on Shaping Cities*. London: Routledge, 2001
- RANNAILE, C. *The Culture Code*, New York: Broadway Books, 20007
- REIS, P. *Do Pensamento do Design ao Design do Pensamento*. Rio de Janeiro: PoD editora, 2012
- VAZ, L. F. A “Culturalização” do Planejamento e da Cidade in: *Cadernos PPG-AU/FAUBA*. Salvador: UFBA, 2004, pp 31-42
- SADLER, S. *The Situationist City*. Cambridge, MA: MIT Press, 1999
- SEN, A. *Development as Freedom*. New York: Randon House, 1999
- ZUKIN, S. *Socio-Spatial Prototypes of a New Organization of Consumption: the role of real cultural capital* in *Sociology*, vol 24, nº1, February 1990, pp 37-56
- <http://portomaravilha.com.br/index.aspx>